

**POBREZA MONETÁRIA E MULTIDIMENSIONAL NA  
REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM, ESTADO DO PARÁ, BRASIL**

Marília Carvalho Brasil<sup>‡</sup>  
Ricardo Bruno Nascimento dos Santos<sup>§</sup>  
Enimar Jerônimo Wendhasen<sup>\*\*</sup>

**Resumo**

Nas últimas décadas, a questão da pobreza tem se constituído em uma vertente importante nos estudos das mais diversas áreas do conhecimento. O objetivo deste trabalho é analisar os índices de pobreza monetária e multidimensional da Região Metropolitana de Belém (RMB) no período 2000/2010. Para a análise da pobreza multidimensional foram utilizados os aportes de Amartya Sen. A queda dos indicadores de pobreza monetária na RMB acompanhou a tendência nacional ocorrida nos anos 2000. Os níveis da pobreza multidimensional (IPM) apresentados pela RMB eram muito elevados em comparação com as médias nacionais no período. Comparando os indicadores das duas abordagens, os resultados apontam para níveis mais elevados da pobreza captada pela perspectiva multidimensional do que pela ótica monetária.

Palavras-chave: Pobreza monetária; Pobreza multidimensional; Região Metropolitana de Belém; Brasil

Classificação JEL: I31, I32

*Abstract*

In recent decades, the issue of poverty has become an important aspect in studies of the most diverse areas of knowledge. The objective of this work is to analyze the indices of monetary and multidimensional poverty in the Metropolitan Region of Belém (RMB) in the period 2000/2010. For the analysis of multidimensional poverty, the contributions of Amartya Sen were used. The decline in monetary poverty indicators in the RMB followed the national trend that took place in the 2000s. The levels of multidimensional poverty (MPI) presented by the RMB were very high compared to the national averages in the period. Comparing the indicators of the two approaches, the results point to higher levels of poverty captured by the multidimensional perspective than by the monetary perspective.

Keywords: Monetary poverty; Multidimensional poverty; Metropolitan Region of Belém; Brazil

JEL codes: I31, I32

---

<sup>‡</sup> Professora do Departamento de Economia e Análise da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

<sup>§</sup> Professor do Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal do Pará (UFAM).

<sup>\*\*</sup> Professora do Departamento de Economia e Análise da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

## INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a questão da pobreza tem se constituído em uma vertente importante nos estudos e pesquisas das mais diversas áreas do conhecimento, tanto no Brasil, quanto no exterior. A existência de uma parcela considerável da população vivendo em condições de pobreza ou vulnerabilidade social tem dado visibilidade para esse problema, de forma que passou a ser inserido nas agendas sociais dos países e das agências internacionais. Nas Ciências Econômicas, não é um tema recente, como podem ser evidenciados pelos aportes de Adam Smith na economia clássica. No entanto, desde a década de 1960 esse debate tem se intensificado especialmente em decorrência do comportamento diferencial de países em relação ao seu processo de crescimento e desenvolvimento econômico, como são exemplos os países em desenvolvimento.

Nesse debate passou-se a questionar a relação de causalidade entre a eliminação da pobreza e o aumento da renda decorrente do crescimento econômico. A experiência dos países em desenvolvimento não dava mostra de que a redução da pobreza seria resolvida única e exclusivamente pelo crescimento econômico, ou seja, pela abordagem unidimensional da renda. É nesse período que surgem novas interpretações para essa questão, como foi o caso dos estudos baseados no atendimento das necessidades básicas (nutrição, educação e saúde), de forma que a pobreza passa a ter uma nova definição, agora baseada em um caráter multidimensional.

A partir da década de 1980, o debate sobre a pobreza avançou e evoluiu significativamente com os novos aportes desenvolvidos por Amartya Sen. Ele adotou uma nova visão da pobreza, em que ela se configura pela privação das capacidades básicas. Assim, a pobreza não pode ser entendida exclusivamente como decorrente da baixa renda recebida por um indivíduo ou família, mesmo que a renda seja considerada um importante indicador de pobreza. Todos os aspectos têm o seu papel na formação da pobreza existente em cada sociedade. Para o autor, o combate à pobreza deve ter por base essa visão abrangente, possibilitando um novo entendimento sobre a natureza e as causas da pobreza com a busca da qualidade de vida e das liberdades substantivas, e não apenas com o crescimento da renda e da riqueza (SEN, 2001, 2010).

O enfoque das capacidades juntamente com o das necessidades básicas tem fortalecido o debate e confrontado a abordagem monetária como única explicação para a redução da pobreza, de forma que diversas agências internacionais têm dado relevância a esse novo enfoque, como é o caso das Nações Unidas/PNUD e do Banco Mundial.

Tendo isso em vista, o presente estudo tem por intuito responder as seguintes questões: os indicadores de pobreza monetária superam os níveis dos índices da pobreza multidimensional na Região Metropolitana de Belém no período 2000 a 2010? Será que se observam diferenças significativas entre as áreas geográficas dessa Região neste período?

Para responder a estes problemas de pesquisa, este trabalho tem por objetivo analisar a pobreza sob os enfoques da renda e da multidimensionalidade na Região Metropolitana de Belém no período 2000 a 2010. O enfoque da multidimensionalidade adotado é o das capacidades de Amartya Sen.

## I. REVISÃO DA LITERATURA

Quando se considera os estudos sobre pobreza duas visões são dominantes: a unidimensional e a multidimensional. Os estudos sobre pobreza que se caracterizam como uma perspectiva unidimensional consideram apenas uma dimensão em seu escopo de análise. Que são baseadas exclusivamente nas necessidades nutricionais ou na abordagem monetária. Essa simplificação da análise propiciou o desenvolvimento de medidas quantitativas numa tentativa de mensurar e estabelecer estratégias que permitissem a formulação de políticas para redução da pobreza. Por outro lado, a abordagem multidimensional da pobreza leva em consideração situações em que as necessidades humanas não são suficientemente satisfeitas e em que diferentes dimensões estão interligadas como elementos causais (Barros; Carvalho; Franco, 2006).

O enfoque multidimensional da pobreza procura refutar o argumento de que apenas o crescimento econômico é a condição suficiente para reduzir e/ou erradicar a pobreza, garantindo um maior nível de bem-estar da sociedade. As experiências vividas pelos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento durante o século XX ressaltaram as limitações conceituais impostas pela visão de desenvolvimento como crescimento econômico e progresso técnico (Codes, 2008; Laderchi; Saith; Stewart, 2003; Salama; Destremau, 1999).

O enfoque multidimensional tem ampliado o número de adeptos ao longo das últimas décadas, expandindo assim seu espaço no debate. Esta perspectiva pode ser vista como um avanço para o pensamento científico da pobreza, pois, permite maior compreensão da questão, inclusive por parte dos organismos internacionais que se dedicam à promoção e ao estudo do desenvolvimento socioeconômico entre as diversas populações.

Neste estudo, apesar de existirem diversas abordagens para estudar a pobreza, será apresentada uma breve discussão dos enfoques monetário e das capacidades de Amartya Sen, pois ambas são as perspectivas aqui adotadas. A seguir se procederá a esta discussão.

### *1.1 Abordagem monetária da pobreza*

O estudo da pobreza sob a perspectiva monetária tem o seu marco inicial no trabalho de Rowntree, no começo do século XX (Laderchi; Saith; Stewart, 2003; Machado, 2007; Rocha, 2006;

Sen, 1983a; Sen, 1983b). Desde então, o número de estudos que adotam essa perspectiva cresceu significativamente, transformando essa abordagem em uma das mais utilizadas.

Machado (2007, p. 32) afirma que sua grande aceitação enquanto mensuração da pobreza está relacionada diretamente com a possibilidade de converter certas necessidades consideradas mínimas em termos monetários. De forma que “a renda seria uma *proxy* daquelas necessidades, permitindo a quantificação do número de pobres e a comparação intertemporal”.

A identificação dos pobres por insuficiência de renda (consumo) utiliza como critério a linha de pobreza monetária. Esta linha “pretende ser o parâmetro que permite, a uma sociedade específica, considerar como pobres todos aqueles indivíduos que se encontrem abaixo do seu valor” (Barros; Henriques; Mendonça, 1997, p. 2). Entretanto, o valor dessa linha tem sido alvo de forte debate entre os adeptos dessa abordagem, não existindo uma uniformidade de opiniões sobre o valor a ser adotado.

Grusky e Kanbur (2002) afirmam que o período que compreendeu os anos 1970 e início dos anos 1980 foram formulados alguns dos índices mais utilizados pela abordagem monetária da pobreza e que, ainda hoje, servem de referência para a elaboração de medidas de pobreza.

A abordagem monetária da pobreza apresenta dificuldade em incorporar os bens que não passam pelo mercado e que, portanto, não têm seus preços nele definidos. No entanto, há uma grande variedade de bens não-monetários, como são exemplos o autoconsumo, os bens públicos, as doações, dentre outros, que tem impacto direto sobre o nível de bem-estar dos indivíduos. A definição de pobreza que não leve em consideração essas exceções, de acordo com Salama e Destremau (1999, p. 49), seria vista como “restritiva e, por conseguinte, insuficiente”.

O enfoque exclusivamente monetário da pobreza limita as ações voltadas a sua redução às políticas de transferência de renda e elevação do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*. A restrição do conceito de pobreza à insuficiência de renda para satisfação das necessidades físicas individuais baseia-se no argumento de que o crescimento nacional da riqueza material é suficiente para combater as situações de privação (Codes, 2008). Não se trata de dizer que essas são políticas que não devam ser realizadas, mas de compreender que, embora necessárias, elas não são suficientes. Para Sen (2010, p. 146), os debates sobre políticas realmente têm sido distorcidos pela ênfase excessiva dada à pobreza e à desigualdade medidas pela renda, em detrimento das privações relacionadas a outras variáveis como desemprego, doença, baixo nível de instrução e exclusão social, dentre outras.

Os adeptos da abordagem monetária geralmente recomendam políticas focalizadas, ou seja, defendem que é necessário dirigir os gastos públicos para as pessoas mais necessitadas, aumentando a eficiência dos gastos sociais, ignorando, portanto, os argumentos de caráter universalista das políticas sociais cujas ações públicas devem atender a todos, já que todas as pessoas têm direitos iguais (Arbache, 2003). Entretanto, conforme afirma Guimarães (2003), o provimento de bens e serviços por parte do Estado é criticado, defendendo-se a premissa clássica de livre funcionamento

dos mercados para garantir a sua eficiência máxima e, assim, promover o crescimento econômico e a redução da pobreza.

As críticas à abordagem monetária, foram surgindo com o tempo, de forma que, nos anos 1970, buscaram-se alternativas para o estudo da pobreza, no intuito de “devolver à pobreza, e a seus meios de medidas, dimensões não monetárias e particularmente sociais e políticas”, uma vez que “as condições de existência não se limitam unicamente aos aspectos materiais e individuais (moradia, alimentação, renda) e incluem as relações sociais, o acesso ao trabalho, aos cuidados, etc.” (Salama; Destremau, 1999, p. 73, 113, 114).

Desta forma, surge um novo enfoque de análise da pobreza, o multidimensional, que vai além de uma definição restritiva para uma conceituação mais complexa, ampliando também o entendimento sobre o desenvolvimento socioeconômico, a partir de uma perspectiva humanista. Mesmo que se reconheçam as complicações metodológicas em lidar com múltiplas variáveis ao mesmo tempo, a multidimensionalidade é importante e inescapável e “deve ser vista como uma vantagem e não como uma desvantagem” (Anand; Sen, 1997, p. 6).

### *1.3 Abordagem das capacidades*

Os anos 1980 marcam o início do debate sobre a abordagem das capacidades formulada pelo economista Amartya Sen. Esta abordagem traz significativas contribuições para as teorias do bem-estar social e do desenvolvimento socioeconômico ao passar a entender o desenvolvimento como expansão das liberdades humanas e ao rejeitar a maximização da utilidade ou da renda monetária (Sen, 2010, p. 16). Neste sentido, a abordagem das capacidades rejeita a renda monetária como única e principal medida de bem-estar na medida em que a considera útil apenas para obter “proveito de alguma coisa”, ou seja, “a utilidade da riqueza está nas coisas que ela nos permite fazer – as liberdades substantivas que ela nos ajuda a obter”.

Para Sen (2010, 32-33), o desenvolvimento deve ser analisado considerando-se as liberdades dos indivíduos como elementos constitutivos básicos, de forma que se deve atentar, especialmente, para a expansão das capacidades das pessoas de levar o tipo de vida que valorizam. Assim, as liberdades substantivas que os membros da sociedade desfrutam são consideradas importantes para avaliar o êxito ou fracasso de uma sociedade, como também é “o determinante principal da iniciativa individual e da eficácia social” (Sen, 2010, p. 33).

A noção de capacidade, por sua vez, está intimamente relacionada à de funcionamentos. De acordo com Sen (1993b, p. 4), “ela reflete as várias combinações de funcionamentos (atividades e modos de ser) que uma pessoa pode alcançar”, entre as quais cada pessoa tem a liberdade de escolher entre os vários modos de vida que valoriza. Portanto, a capacidade é um tipo de liberdade: a liberdade

substantiva de realizar combinações alternativas de funcionamentos ou a liberdade para ter estilos de vida diversos (Sen, 2010, p. 105). Além disso, a capacidade de uma pessoa depende de uma variedade de fatores, incluindo características pessoais e arranjos sociais.

Portanto, a pobreza não se define com base no baixo nível de rendimento, nem de utilidade (os quais não são identificados com bem-estar) de acordo com essa abordagem. Em vez disso, a compreensão da pobreza baseia-se “na inadequação dos meios econômicos referentes à propensão das pessoas em convertê-las em capacidades de funcionar, e isto num ambiente social, econômico e cultural particular” (Salama; Destremau, 1999, p. 79).

Sen (2010, p. 120) afirma que a perspectiva da pobreza como privação de capacidades não envolve nenhuma negação da ideia de que a baixa renda é claramente uma das causas principais da pobreza, pois a falta de renda pode ser uma razão primordial da privação de capacidades de uma pessoa.

De acordo com Sen (2001, p. 171), a análise descritiva da pobreza deve preceder à escolha de políticas públicas, especialmente para “assegurar que a indisponibilidade de recursos públicos para auxiliar na eliminação de severas privações não nos faça redefinir a própria pobreza”. Assim, deveria partir do diagnóstico da privação determinando o que deve ser feito se existirem os meios e, finalmente, selecionar as políticas mais adequadas em conformidade com os recursos disponíveis. Além disso, a análise descritiva deve estar relacionada com a realidade social a qual a pobreza está sendo estudada, uma vez que determinado tipo de privação pode variar de sociedade para sociedade. Por outro lado, este fato não exclui a existência de privações que são reconhecidamente graves em qualquer sociedade.

Essas privações são denominadas capacidades básicas e podem ser entendidas como um aspecto absoluto da pobreza. Devido à importância na vida de todos os indivíduos, Sen define pobreza como deficiência de capacidades básicas para que se possam alcançar níveis humanamente aceitáveis de sobrevivência. O aspecto relativo da pobreza está nos funcionamentos que são relevantes para a análise (Lacerda, 2009).

A mensuração da pobreza sob a perspectiva multidimensional seniana envolve questões que, a princípio, podem dificultar a sua aplicação prática. Uma destas questões é a definição das capacidades básicas que devem integrar a análise. Sen não especifica explicitamente em seus trabalhos uma lista de capacidades que devem ser atendidas, embora tenha sugerido que estar bem nutrido, ter capacidade de escapar da morte prematura, ter boa saúde, moradia, educação, liberdade política são capacidades importantes para as avaliações sobre pobreza (Laderchi; Saith; Stewart, 2003, p. 17).

As medidas de pobreza e desenvolvimento baseadas na abordagem das capacidades se caracterizam pela preocupação com a qualidade de vida dos indivíduos, não se restringindo a quantificação da pobreza. Mais ainda, estas medidas refletem a ideia de que o desenvolvimento

humano não pode ser analisado somente pela ótica da renda. Alkire e Santos (2010) afirmam que a discriminação por dimensão ou esferas da vida das pessoas, mostrando a composição da pobreza multidimensional em termos de incidência e de intensidade nas diferentes regiões, grupos étnicos etc., fornecem informações úteis para a atuação governamental.

Nos últimos anos, tem havido tentativas para avançar na elaboração de medidas que captem a pobreza multidimensional, dentre as quais foi produzido o Índice de Pobreza multidimensional (IPM), que se constitui em uma alternativa para índices agregados de pobreza que não permitem a decomposição por indivíduo.

## II. METODOLOGIA

As principais fontes de dados utilizadas neste trabalho são os Censos Demográficos de 2000 e 2010. A escolha desse período foi influenciada por aspectos sociopolíticos uma vez que compreende a implementação de um conjunto de políticas sociais instituídas pelo Governo Federal, marcando uma nova etapa de políticas sociais no país. A opção pelo Censo Demográfico como fonte de dados é justificada pela disponibilidade de informações mais desagregada possível, neste caso ao nível municipal, o que permite estudar as regiões metropolitanas e seus municípios componentes.

Para a mensuração da pobreza monetária foi utilizada a linha de pobreza para delimitar o conjunto de pobres a partir da renda familiar *per capita*. Os pobres são definidos aqui como os indivíduos cuja renda familiar *per capita* é inferior ao valor que corresponderia ao necessário para atender a todas as necessidades básicas, como alimentação, habitação, transporte, saúde, lazer, educação, etc. (ROCHA, 2006).

As linhas de pobreza adotadas se baseiam na metodologia descrita por Rocha (1997) que é disponibilizada pelo Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS). Para a Região Metropolitana de Belém, a linha de pobreza correspondente ao ano de 2000 é R\$ 92,63 e para o ano de 2010 é R\$ 201,51.

O indicador foi calculado pela proporção de pobres em relação à população total, dada por

$$H = q / n$$

onde,  $q$  é o número de pobres e  $n$  é a população total.

Para a análise da pobreza multidimensional, a medida escolhida foi o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) que tem por função a operacionalização da abordagem das capacidades de Amartya Sen. Este indicador foi construído adotando-se o método de Alkire-Foster (2007, 2009). As dimensões selecionadas para este trabalho acompanham, em linhas gerais, aquelas que compõem o

IPM elaborado por Alkire e Santos (2010). Outro trabalho que serviu de base para a definição das dimensões é o de Rodrigues (2014) que trata da análise da pobreza multidimensional para a Região Metropolitana de Belém. As dimensões escolhidas para compor o IPM foram: saúde, educação e padrão de vida. Na estimativa deste primeiro IPM, as três dimensões são compostas por 7 indicadores: dois na dimensão saúde (mortalidade infantil e água potável); dois na dimensão educação (anos de escolaridade e frequência escolar infantil) e três na dimensão padrão de vida (destinação do lixo, esgotamento sanitário e posse de bens).

O Quadro 1 mostra as dimensões e seus respectivos indicadores e critérios de privação selecionados.

A atribuição da ponderação no IPM, como argumentam Alkire e Santos (2010), ocorre de forma igual tanto em cada dimensão quanto dentro da dimensão. A definição de pesos iguais para os indicadores dentro das dimensões não é necessária, isto vai depender da importância que se confere a cada indicador no conjunto da dimensão.

Quadro 1. Dimensões, indicadores e critérios selecionados para construção do IPM para a Região Metropolitana de Belém

Dimensão	Indicador	Critério
Saúde	Mortalidade infantil	Se tem algum filho nascido morto (variável usada total de filhos nascidos mortos – natimorto)
	Nutrição	Sem água potável
Educação	Anos de escolaridade	Ensino fundamental incompleto (+ 18 anos)
	Frequência Escolar Infantil	Crianças em idade escolar que não frequentam a escola (4 a 14 anos)
Padrão de Vida	Lixo	Sem destinação do lixo adequado
	Saneamento	Sem esgotamento sanitário adequado
	Ativos	Se não tem carro particular e tem só um dos bens: freezer/geladeira; telefone e televisão

Fonte: Rodrigues (2014) com adaptações.

O Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) reflete o número de privações que o indivíduo sofre ao mesmo tempo. Dessa forma, os indivíduos que estão enquadrados em algumas privações básicas simultaneamente, mas não em todas, devem ser considerados pobres. A variável  $k$  é o ponto de corte da pobreza e reflete a soma de indicadores ponderados no qual o indivíduo deve ser privado para ser considerado multidimensionalmente pobre.

Rodrigues (2014) explica didaticamente como se estimam os valores dos pesos para cada dimensão e indicador. Adotando seu exemplo: a contagem máxima de carências que cada pessoa pode

obter é 100%. Empiricamente, cada indivíduo recebe a contagem de carências que sofre em cada um dos indicadores. Sendo assim cada dimensão recebe a mesma ponderação (1/3) para a estimativa do primeiro IPM, desta maneira a contagem máxima em cada dimensão é de 33.3%, isso porque nele há três dimensões. Cada indicador será ponderado dividindo a ponderação (1/3) pelo número de indicadores. As dimensões saúde e educação contêm dois indicadores cada uma, dessa forma cada indicador terá um valor de  $(1/3)/2*100$  (16.6%). A dimensão padrão de vida tem três indicadores, sendo que cada um tem um valor de  $(1/3)/3*100$  (11.1%).

Para identificar os indivíduos multidimensionalmente pobres, deve-se somar as carências de cada um para obter posteriormente a carência total correspondente de cada indivíduo,  $C$ . Com o intuito de diferenciar pobres e não pobres, admite-se como ponto de corte da pobreza ( $k$ ) o valor de 33.3% correspondente à terça parte dos indicadores ponderados. Ou seja, o corte determinado para a identificação dos indivíduos pobres é de que haja privação em, pelo menos, 33.3% dos indicadores. Assumir-se-á os seguintes critérios:

- i) Se  $C$  for  $\geq 33.3\%$  os indivíduos são considerados pobres multidimensionalmente;
- ii) Se  $C$  for  $\geq 16.5\%$  e  $< 33.3\%$  os indivíduos são vulneráveis ou estão em risco de cair na pobreza multidimensional;
- iii) Se  $C \geq 50\%$  os indivíduos sofrem de pobreza multidimensional extrema.

### III. RESULTADOS E DISCUSSÃO

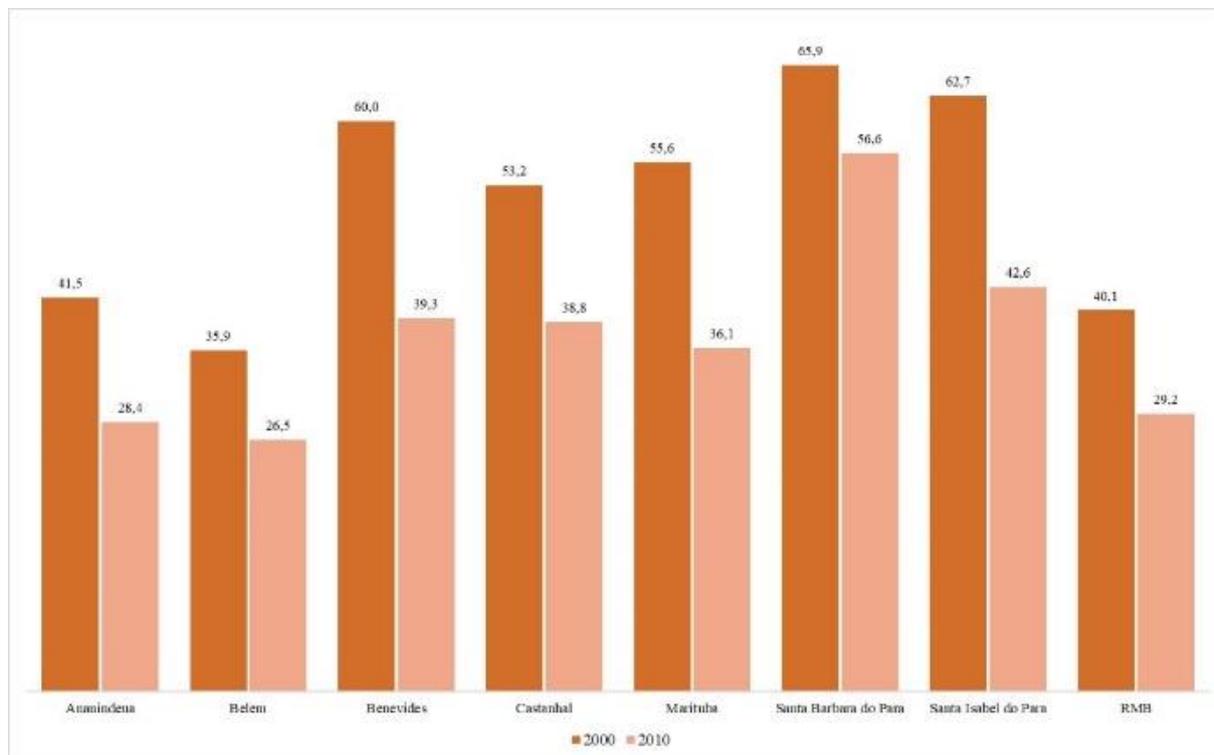
#### *III.1 Pobreza monetária*

A evolução da pobreza monetária na RMB no primeiro decênio do século XXI revelou uma queda de aproximadamente 30% na proporção de pobres para o conjunto regional, passando de 40.1% para 29.2%, conforme mostrado na Figura 1. Em 2000, quase todos os municípios metropolitanos apresentavam proporção de pobres superior a 50% de sua população residente, apenas Belém e Ananindeua eram exceções. Santa Bárbara do Pará, Santa Izabel do Pará e Benevides eram aqueles com as maiores taxas de incidência, com 60% a 66%. Isto significa que apenas em torno de 40% da população residente nesses municípios estavam fora da condição de pobreza quando se considera a renda como principal indicador.

Em 2010, ocorreu uma redução generalizada nos níveis de incidência da pobreza monetária nos municípios metropolitanos, de forma que apenas um município tinha mais de 50% de sua população enquadrada em situação de pobreza (Santa Bárbara do Pará). Os municípios que contaram com as mais elevadas reduções no período analisado foram Marituba, Benevides, Santa Izabel do Pará e

Ananindeua. Por outro lado, Santa Bárbara do Pará foi o que apresentou a menor diminuição deste indicador no período analisado.

Figura 1 – Região Metropolitana de Belém - Taxa de incidência da pobreza monetária por município - 2000/2010 (%)



Fonte: IBGE. Censo demográfico, 2000/2010.

De acordo com Rocha (2006), Rocha (2013), Oliveira e Lima (2019), condições econômicas e políticas públicas favoreceram a melhoria dos indicadores de pobreza do país na primeira metade dos anos 2000, com melhorias dos índices de extrema pobreza observados desde a implementação do Plano Real. A partir do ano de 2003 a quantidade de indivíduos em situação de pobreza absoluta no Brasil diminuiu cerca de 20 milhões de pessoas e a proporção de pobres foi reduzida pela metade quando se considera a renda como parâmetro. Esse resultado também foi acompanhado por significativas melhorias nas condições de vida da população brasileira, como a melhora no acesso a serviços públicos, maior formalização do mercado de trabalho, elevação da oferta de crédito e redução dos preços de bens duráveis.

Rocha (2013, p. 15) afirma que o período que compreende os anos 2003 a 2011 foi marcado por três fatores básicos que tiveram impacto direto sobre a redução da pobreza sob o enfoque da renda: o desempenho do mercado de trabalho, a política de valorização do salário-mínimo e a expansão das transferências assistenciais de renda. Estes fatores contribuíram simultaneamente para elevar a renda das famílias brasileiras e, principalmente, beneficiar as famílias mais pobres. Neste

período, como consequência desses fatores a proporção de pobres passa de 22.6% para 10.1% no país, diminuindo em mais de 50%. Ao longo de todo o período, observou-se redução contínua. Isto ocorreu, até mesmo, em 2009, ano marcado pelo auge da crise financeira internacional no Brasil. Esta tendência declinante da pobreza decorre do contínuo crescimento da renda associado à redução da desigualdade. Embora a desigualdade de renda tenha começado a declinar em 1997, seu ritmo de queda praticamente dobra no período 2003-2011.

Fahel, Teles e Caminha (2016, p. 5) corroboram as afirmações de Rocha (2013) ao afirmar que, ao longo dos anos 2000, a pobreza monetária foi inequivocamente reduzida em decorrência do crescimento econômico observado no período e da redução na desigualdade. As causas que levaram à diminuição da desigualdade neste período foram o aumento das taxas de participação no trabalho formal, a redução na taxa de desemprego e as políticas redistributivas do governo.

O Brasil retomou o crescimento econômico a partir de 2003 até 2011, de acordo com Fahel, Teles e Caminha (2016, p. 5), quando atingiu uma taxa acumulada de crescimento de 40.7%, de acordo com dados da PNAD. Este crescimento contribuiu significativamente para a diminuição da pobreza no país. Os autores afirmam ainda que “na chamada ‘década inclusiva’, a renda dos 10% mais pobres cresceu 550% mais rápido que a dos 10% mais ricos, o que configura de fato uma situação de expressiva redução da desigualdade de renda”.

Portanto, de acordo com os diversos autores, a conjuntura econômica nacional durante a primeira década do século XXI apresentou efeitos expressivos sobre a redução da pobreza e da desigualdade. Estes efeitos também contribuíram para a redução da pobreza metropolitana.

No entanto, quando a análise da pobreza se limita a um indicador monetário, ela permite apenas a identificação do volume de pessoas que estão em situação de pobreza e não consegue identificar a intensidade com que as pessoas estão sujeitas a ela. Além disso, a estimação da pobreza por este indicador pode levar tanto a superestimação, quanto a subestimação do contingente de pobres. A superestimação pode ocorrer, por exemplo, nas áreas rurais quando os indicadores baseados exclusivamente na insuficiência de renda não consideram o valor dos rendimentos oriundos do autoconsumo. Por outro lado, os indicadores que se baseiam unicamente na renda podem não conseguir captar toda amplitude da pobreza devido à diversidade existente entre as pessoas que estão sob esta condição (SEN, 2000). Por estas razões é fundamental levar em consideração na análise da pobreza outros elementos que podem explicar melhor os níveis de pobreza experimentados por uma população. É o que será feito a seguir com a análise da pobreza multidimensional.

### III.2 Pobreza multidimensional

A Tabela 1 apresenta os indicadores que compõem as estimativas do índice de pobreza multidimensional para a RMB, como a taxa de incidência (H), a intensidade da pobreza (A) e o próprio IPM para os anos de 2000 e 2010 distribuídos por municípios.

Em relação à taxa de incidência da pobreza multidimensional, as estimativas indicam que no período 2000/2010 houve um pequeno aumento nesse indicador para o conjunto da RMB, que passou de 49.3% para 50.4%. Este aumento da pobreza multidimensional foi da ordem de 2.2% no período analisado. O nível da incidência que já era muito elevado em 2000, tornou-se maior ainda em 2010, de forma que superou os 50% da população residente. No entanto, esta tendência de aumento não foi acompanhada por todos os municípios metropolitanos no período analisado. Por sinal, apenas Benevides e Santa Bárbara do Pará tiveram desempenho semelhante ao conjunto da RMB. Todos os demais municípios contaram com comportamento oposto.

Tabela 1 – Região Metropolitana de Belém - Taxa de incidência da pobreza multidimensional, Intensidade da pobreza e Índice de Pobreza Multidimensional por município - 2000/2010

Região/Município	Taxa de incidência (H)		Intensidade da Pobreza (A)		IPM	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
RMB	49,37	50,40	49,20	43,68	24,29	22,01
Ananindeua	59,26	58,39	49,96	44,56	29,61	26,02
Belém	40,57	36,80	46,82	42,20	19,00	15,53
Benevides	61,37	62,81	51,91	43,03	31,86	27,02
Castanhal	69,59	67,09	53,27	44,74	37,07	30,01
Marituba	84,88	74,27	55,27	44,46	46,91	33,02
Santa Bárbara do Pará	68,45	72,98	51,62	44,39	35,33	32,40
Santa Izabel do Pará	68,47	64,26	54,19	45,80	37,10	29,43

Fonte: IBGE. Censo demográfico, 2000/2010.

No período 2000/2010, todos os municípios apresentaram incidência da pobreza multidimensional superior a 55% da população residente, a exceção de Belém. Este município contava, em 2000, com 40.5% de sua população em situação de privação e, em 2010, caiu para 36.8%. Apesar dessa queda, o nível deste indicador ainda pode ser considerado elevado.

Os demais municípios metropolitanos, em 2000, se enquadravam em situação de privação cuja taxa de incidência ficou entre 59% e 85% da população e, em 2010, a variação foi de 58% a 74%. Dos municípios metropolitanos, Marituba foi o que atingiu níveis mais elevados. Neste município,

apesar de ter obtido a maior redução do indicador no período (-12.4%), em 2010, apenas 25.7% de sua população estava fora da condição de pobreza multidimensional. Em 2000, a situação era mais crítica ainda, com apenas 15.2%.

Outros municípios com taxas muito elevadas eram Castanhal, Santa Bárbara do Pará e Santa Izabel do Pará. Em 2000, todos contavam com proporção de pobres multidimensionais próximo a 70%. Em 2010, Castanhal e Santa Izabel do Pará apresentaram queda neste indicador, porém ainda com níveis muito altos (67.1% e 64.3%, respectivamente). Santa Bárbara do Pará, por sua vez, apresentou comportamento contrário à maioria dos municípios metropolitanos. Entre 2000 e 2010, observou-se aumento da taxa de incidência da pobreza multidimensional neste município (7%). De forma que atingiu patamar muito próximo ao de Marituba em 2010 (73%).

Além de Santa Bárbara do Pará, o município de Benevides também apresentou aumento no período 2000/2010, porém bem inferior ao observado pelo outro município (3.4%). Atingindo, em 2010, incidência de 62.8%.

Com a tendência verificada nos municípios metropolitanos no período 2000/2010, a taxa de incidência no final do período ainda era extremamente elevada na maioria deles, sendo que em cinco mais de 60% de sua população encontrava-se em situação de pobreza multidimensional. Apenas Belém e Ananindeua (36.8% e 58.4%, respectivamente) estavam fora desse quadro. Ananindeua, no entanto, estava em patamar muito próximo a esse nível.

A intensidade da pobreza (A)<sup>††</sup> no conjunto da Região Metropolitana de Belém também se encontrava bastante elevada no período 2000/2010. As pessoas consideradas multidimensionalmente pobres, em média, eram enquadradas em situação de privação em 45.5% e 43.7% dos indicadores analisados em 2000 e 2010, respectivamente. Ao contrário da taxa de incidência da pobreza multidimensional, a intensidade apresentou tendência declinante e muito branda, com queda de apenas 3.7%.

No entanto, diferentemente do que ocorreu com a taxa de incidência, em que alguns municípios aumentaram os níveis desse indicador no período analisado, em relação à intensidade da pobreza todos os municípios componentes da RMB apresentaram tendência de queda. Apesar disso, os municípios continuaram com patamares muito elevados, todos superiores a 40%.

Marituba foi o município com mais forte queda neste indicador, declinando na mesma proporção que a taxa de incidência. Os outros municípios que contaram com mais expressivos decréscimos foram Castanhal e Benevides. Por outro lado, Belém teve a mais fraca redução entre os municípios metropolitanos.

---

<sup>††</sup> Significa o percentual médio de privações experimentadas pelas pessoas classificadas como multidimensionalmente pobres.

Quanto ao ranking dos municípios em relação à intensidade da pobreza, Belém contava com o mais baixo nível deste indicador nos anos em análise, porém ainda considerados elevados (43.2% e 42.2% em 2000 e 2010, respectivamente). Marituba, por sua vez, tinha em 2000 a mais alta intensidade da pobreza na região metropolitana (50.9%). Porém, devido à forte redução ocorrida no período, passou a apresentar, em 2010, o terceiro menor patamar deste indicador (44.5%), superando inclusive os municípios de Ananindeua e Santa Bárbara do Pará que, em 2000, ocupavam o segundo e terceiro lugares no ranking de menor intensidade da pobreza. Em 2010, Santa Izabel do Pará tornou-se o município com a situação mais crítica na região (45.8%).

Em relação ao índice de pobreza multidimensional, na Região Metropolitana de Belém foi constatada ínfima redução em seus níveis durante os anos em análise, passando de 22.4%, em 2000, para 22%, em 2010. Comparativamente aos níveis apresentados pelo Brasil em períodos próximos, conforme artigo de Fahel, Teles e Caminhas (2016), verifica-se que em 2002 e 2012 o país contava com IPM da ordem de 7% e 2%, respectivamente. Outro estudo que pode corroborar estas estimativas trata do relatório técnico do MDS/SAGI (Sagi, 2014) no qual, em 2009 e em 2012, o Brasil apresentou IPM de 3.7 e 2.8%, respectivamente. Ambos os estudos utilizaram a metodologia de Alkire e Foster (2007 e 2009) com dimensões e indicadores semelhantes aos adotados neste trabalho.

Analisando o índice desagregado por municípios, constata-se que, em 2000, os que apresentavam os maiores índices de pobreza multidimensional eram Marituba (43.1%), Castanhal (34.1%) e Santa Izabel do Pará (33.7%), enquanto os que atingiram os melhores resultados foram Belém (17.5%) e Ananindeua (27.6%). Em 2010, os dois municípios que contavam com os menores níveis de IPM continuavam os mesmos e os que atingiram os maiores valores foram Santa Bárbara do Pará e Marituba.

No decênio 2000/2010 houve redução da pobreza multidimensional em praticamente todos os municípios da RMB, com exceção apenas de Santa Bárbara do Pará. Ele foi o único que contou com crescimento da pobreza multidimensional no período em consequência do aumento da incidência de pobres.

Chama a atenção também o fato de que os municípios identificados como os mais pobres, em 2000, foram os que apresentaram queda mais acentuada do IPM no período analisado, superior a 10%. O destaque fica por conta de Marituba cuja redução do índice foi de 23.4%, passando de 43.1% para 33% em 2000 e 2010, respectivamente. Apesar da significativa queda nos níveis do IPM, Marituba ainda conta com nível muito elevado do IPM, da mesma forma que os demais municípios metropolitanos.

De acordo com Sagi (2014, p. 13-14), em um período bastante reduzido o país conseguiu tirar da situação de pobreza multidimensional aproximadamente 25% da população que se encontrava nessa condição. "Essa constatação é importante porque nos informa que, aparentemente, a pobreza

no país, de caráter estrutural e de difícil solução no âmbito social, vem ‘respondendo’ às políticas públicas e programas ofertados pelo governo na área". No entanto, as políticas públicas que têm contribuído para a retirada de parcela significativa da população brasileira da condição de pobreza multidimensional parecem ter apresentado efeitos não tão expressivos na RMB, haja vista que os níveis da pobreza multidimensional apresentados por esta região continuam muito elevados em comparação com as médias nacionais e a queda observada no período para o conjunto metropolitano foi bastante reduzida (-1.9%). No entanto, medidas como as implementadas nos anos 2000 devem continuar a serem executadas para que possam atingir, cada vez mais, um número maior de pessoas e conseguir retirá-las da situação de privação.

A pobreza multidimensional de uma população também pode ser analisada levando em consideração a contribuição que cada dimensão e indicador tem sobre o índice, permitindo, assim, uma análise desagregada do IPM. A seguir faremos esta análise para a RMB para os anos de 2000 e 2010.

A Tabela 2 mostra as contribuições das dimensões saúde, educação e padrão de vida na estimativa do índice de pobreza multidimensional da RMB para os anos 2000 e 2010 em termos relativos. A extremamente reduzida queda do índice de pobreza multidimensional na RMB está diretamente relacionada com o comportamento diferencial das dimensões e dos indicadores no período analisado.

Tabela 2 – Região Metropolitana de Belém - Contribuição Relativa das Dimensões no Índice de Pobreza Multidimensional por município - 2000/2010

Região/Município	Contribuição relativa das Dimensões					
	Saúde		Educação		Padrão de Vida	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
RMB	28,93	29,94	40,54	37,97	30,52	32,09
Ananindeua	34,89	37,63	38,48	34,82	26,64	27,54
Belém	26,12	27,64	43,08	41,31	30,81	31,04
Benevides	27,70	22,90	38,21	39,15	34,09	37,95
Castanhal	29,16	30,01	39,14	38,47	31,70	31,53
Marituba	32,08	32,04	35,80	32,89	32,13	35,07
Santa Bárbara do Pará	19,83	20,82	35,72	37,30	44,45	41,88
Santa Isabel do Pará	26,51	24,81	37,02	36,63	36,47	38,56

Fonte: IBGE. Censo demográfico, 2000/2010.

A dimensão de maior contribuição foi a educação, com uma participação relativa de 44.3% e 37.9% para a pobreza multidimensional da Região Metropolitana de Belém, para 2000 e 2010,

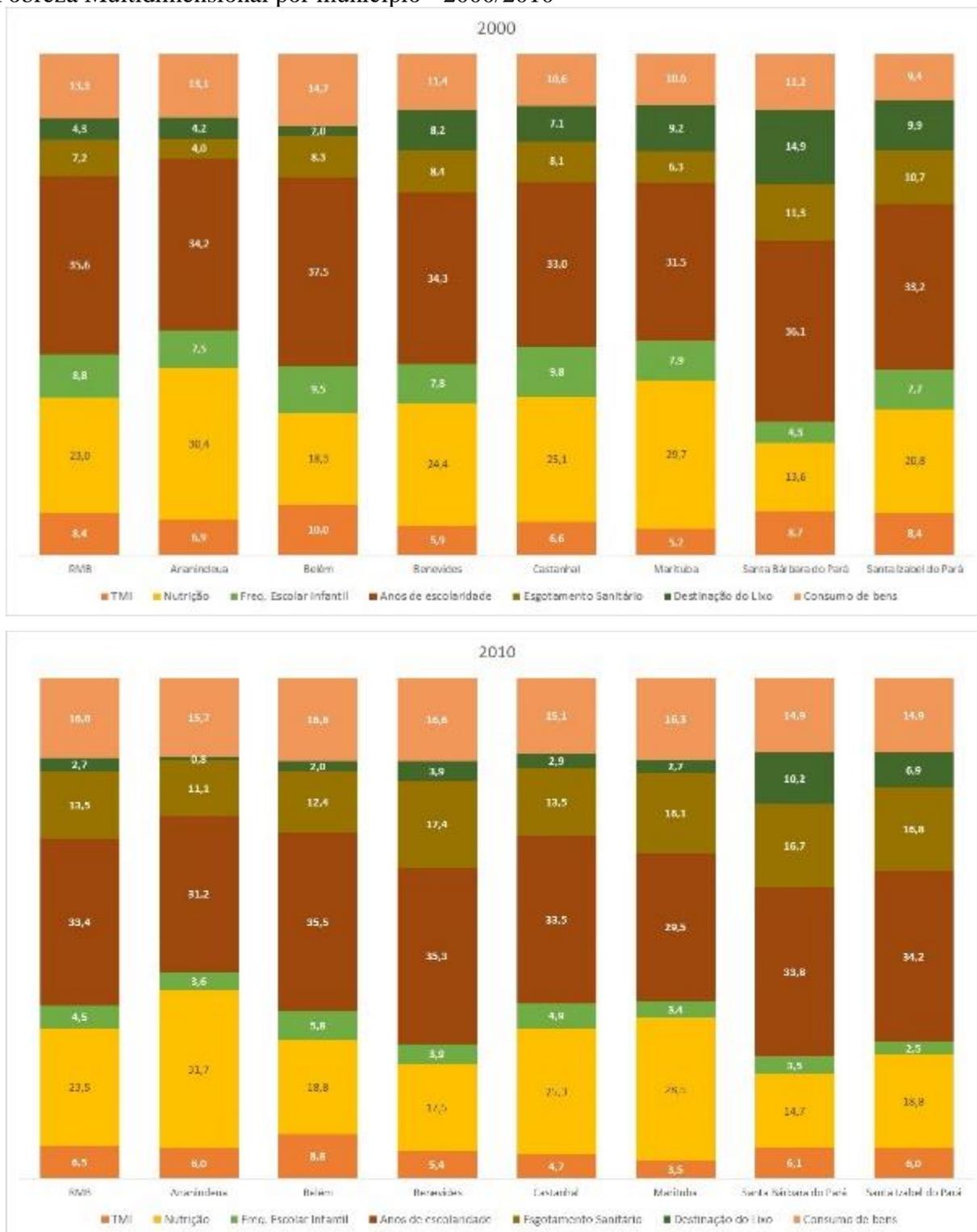
respectivamente. Ao mesmo tempo, esta dimensão apresentou maior queda de sua contribuição relativa, significando que a educação registrou maiores níveis de redução de carências que a dimensão saúde, por exemplo. Por outro lado, a contribuição da dimensão padrão de vida atuou de forma compensatória na medida em que apresentou aumento no período considerado.

Considerando a análise dos municípios metropolitanos, constata-se que todos registraram queda na contribuição das dimensões educação e da saúde (exceto Ananindeua nesta dimensão), da mesma forma que o observado para o conjunto metropolitano. No caso da educação, Ananindeua, Marituba, Belém, Santa Izabel do Pará e Castanhal contaram com expressivas reduções. Por outro lado, Benevides e Santa Izabel do Pará tiveram decréscimo bem significativo na dimensão saúde. Além disso, todos os municípios apresentaram acréscimo na contribuição da dimensão padrão de vida, alguns com considerável expansão como foram os casos de Benevides, Marituba, Ananindeua e Santa Izabel do Pará.

As modificações constatadas em Marituba, Santa Bárbara do Pará e Santa Izabel do Pará implicaram em aumento da contribuição da dimensão padrão de vida de tal forma que, em 2010, este componente do índice de pobreza multidimensional tornou-se o de maior proporção entre todas as dimensões nesses municípios. Marituba e Castanhal apresentaram, em 2010, uma distribuição mais equilibrada da contribuição relativa das dimensões para o IPM entre os municípios metropolitanos. Ananindeua, por sua vez, apresentou comportamento diferenciado em relação ao demais municípios. Contou com um dos mais elevados decréscimos na dimensão educação e um dos mais elevados acréscimos no padrão de vida, porém na dimensão saúde contou com modesto crescimento, sendo o único município metropolitano a apresentar esta tendência. Este comportamento ajudou a manter no mesmo patamar a participação relativa da dimensão saúde em 2010 e tornar este componente o de maior contribuição do IPM neste município.

Para analisar as modificações observadas em cada dimensão se faz necessário verificar o comportamento dos diversos indicadores que compõe cada uma delas. Para isso a Figura 6 mostra a contribuição relativa dos indicadores na estimativa do índice de pobreza multidimensional para a RMB nos anos 2000 e 2010.

Figura 6 – Região Metropolitana de Belém - Contribuição Relativa dos Indicadores no Índice de Pobreza Multidimensional por município - 2000/2010



Fonte: IBGE. Censo demográfico, 2000/2010.

O indicador de maior contribuição para a pobreza multidimensional na Região Metropolitana de Belém no período analisado foi anos de escolaridade, com uma contribuição relativa de aproximadamente 1/3, seguido pela nutrição (23%). O indicador anos de escolaridade apresentou queda de 6% entre 2000 e 2010 na RMB, mas, apesar disso, continuou como o de maior contribuição

da pobreza multidimensional metropolitana. A persistência da manutenção de altos patamares deste indicador vai ao encontro dos achados em outros trabalhos sobre pobreza multidimensional, dos quais podemos citar Fahel, Teles e Caminhas (2016) e Quintela, Alves e Silva (2014). De acordo com estes autores, este indicador mostra sua importância relativa entre os componentes da pobreza multidimensional no país. Esta situação indica que existem problemas crônicos no sistema educacional brasileiro que têm que ser enfrentados para equalizá-los. Diante disso, é coerente inferir que existe a necessidade de fortalecer as políticas sociais voltadas para a área de educação, enfatizando melhorias no desempenho escolar e na qualidade do ensino. Mas também tem que focar na ampliação da cobertura a fim de atender, especialmente, as pessoas nas faixas etárias de 18 anos ou mais de idade que ainda não completaram o ensino fundamental, pois são estas as pessoas consideradas como as que apresentam a maior situação de privação.

Além do indicador de nutrição (água potável), pode-se mencionar o indicador de esgotamento sanitário que apresentou crescimento expressivo de aproximadamente 90% no período 2000/2010, atingindo neste último ano a cifra de 13.5%. Estudos como de Fahel, Teles e Caminhas (2016) e Quintela, Alves e Silva (2014) mostram que nas macrorregiões com pobreza multidimensional mais acentuada, em que o Norte e o Nordeste se destacam, a contribuição relativa dos indicadores de serviços básicos de saneamento (lixo, esgoto e água) é maior. Isto corrobora o fato do indicador água potável apresentar participação importante na composição do IPM metropolitano. Neste sentido, percebe-se que a execução de ações governamentais que expandam a cobertura dos serviços de saneamento básico produziria grande melhoria da qualidade de vida tanto da população brasileira quanto da população metropolitana. Conforme afirmam Fahel, Teles e Caminhas (2016, p. 14), tais comprovações “podem orientar a concepção e a implementação de políticas sociais” mais eficazes, inovadoras e focalizadas que contribuam para “mudanças mais rápidas no bem-estar da população em situação de pobreza”.

Outro indicador que contribui de forma importante para a pobreza multidimensional da RBM no período 2000 a 2010 é a propriedade de alguns bens de consumo, como carro particular, telefone, freezer/geladeira e televisão. Nos anos em análise, este indicador contou com significativo aumento na sua variação percentual, em torno de 20%, de tal forma que passou a contribuir para o IPM em 16%, somente inferior aos indicadores anos de escolaridade e nutrição. Fahel, Teles e Caminhas (2016) afirmam que os bens adquiridos apresentaram redução importante de sua contribuição relativa no computo do IPM nacional. Afirmam ainda que diversos fatores contribuíram para aumentar a aquisição de bens duráveis, especialmente pela população menos aquinhoadá monetariamente, como são exemplos "a diminuição da taxa de desemprego, o aumento real do salário-mínimo e o maior acesso ao crédito " (p.10-11). No entanto, no caso da RMB, esta conjuntura econômica favorável parece não ter tido os mesmos efeitos que para o conjunto nacional, uma vez que ao invés de reduzir

a participação relativa no IPM metropolitano, o comportamento foi justamente o oposto, dificultando a aquisição desses bens pela população em situação de privação.

Os demais indicadores (taxa de mortalidade infantil, frequência escolar infantil e destinação de lixo) contaram com reduções percentuais expressivas no período 2000/2010, de forma que no final do período atingiam, respectivamente, 6.5%, 4.5% e 2.7% de contribuição na pobreza multidimensional metropolitana.

Em relação aos municípios, constata-se que o indicador anos de escolaridade é o que contribui mais significativamente para a pobreza multidimensional em cada município, como ocorre para o conjunto metropolitano. No entanto, nem todos apresentaram comportamento declinante deste indicador. Os municípios Santa Izabel do Pará, Benevides e Castanhal tiveram aumentos, ainda que bem modestos, deste indicador, garantindo crescimento na contribuição relativa de seus respectivos IPM. O outro indicador em que nem todos os municípios acompanharam a tendência do conjunto metropolitano foi a nutrição. Benevides, Santa Izabel e Marituba contaram com queda na contribuição relativa da pobreza multidimensional de seus respectivos municípios. Nos demais indicadores, os municípios acompanharam a tendência observada no total da RMB.

### *III.3 Comparação da pobreza monetária e multidimensional*

Para realizar uma análise comparativa referente aos indicadores de pobreza empregados neste trabalho (monetário e multidimensional) é necessário fazer algumas considerações sobre a questão. O enfoque monetário da pobreza não apresenta um índice síntese, como ocorre na perspectiva multidimensional, mas apenas a proporção de pobres (taxa de incidência) a partir de uma linha de pobreza como utilizado neste trabalho. Por outro lado, o método Alkire-Foster utilizado no cálculo da pobreza multidimensional além de permitir a obtenção do índice síntese (IPM) também possibilita a estimação da incidência da população sujeita à pobreza multidimensional. Desta forma, a comparação dos dois métodos de estimação da pobreza pode ser efetuada por meio das taxas de incidência calculadas para eles. Tendo essas questões em vista, optou-se por analisar neste tópico as taxas de incidência sob os enfoques monetário e multidimensional.

A Tabela 3 apresenta as taxas de incidência para os enfoques da pobreza monetária e multidimensional e a variação percentual entre a incidência multidimensional e a incidência monetária. Quando se compara as proporções de pobres sob os enfoques da pobreza, constata-se que para todas as áreas territoriais a pobreza sob o ponto de vista da renda apresentou níveis mais baixos que os da pobreza multidimensional. Isto ocorreu tanto em 2000, quanto em 2010.

Tabela 3 - Região Metropolitana de Belém - Taxas de incidência da pobreza monetária e multidimensional por município - 2000/2010 (%)

Região/Município	2000		2010		Variação %	
	Monetária	Multidimensional	Monetária	Multidimensional	2000	2010
RMB	40,10	49,37	29,20	50,40	23,12	72,60
Ananindeua	41,50	59,26	28,40	58,39	42,80	105,60
Belém	35,90	40,57	26,50	36,80	13,01	38,87
Benevides	60,00	61,37	39,30	62,81	2,28	59,82
Castanhal	53,20	69,59	38,80	67,09	30,81	72,91
Marituba	55,60	84,88	36,30	74,27	52,66	104,60
Santa Bárbara do Pará	65,90	68,45	56,60	72,98	3,87	28,94
Santa Izabel do Pará	62,70	68,47	42,60	64,26	9,20	50,85

Fonte: IBGE. Censo demográfico, 2000/2010.

Em 2000, constata-se que o diferencial entre as duas perspectivas de estimação da pobreza atingiu 23% para o conjunto metropolitano. Isto significa que a pobreza estimada sob o ponto de vista da multidimensionalidade contabiliza um número maior de pessoas em situação de privação, na ordem de 23%, quando comparado com a pobreza estimada sob a perspectiva de renda.

Os municípios de Marituba, Ananindeua e Castanhal contaram com as maiores discrepâncias, superior a 30%. Por outro lado, Benevides e Santa Bárbara do Pará tiveram os menores diferenciais, inferiores a 5%. Estes valores dão a entender que as esferas de vida das pessoas em situação de privação ligadas à educação, saúde e padrão de vida, no índice multidimensional, são importantes para explicar o desnível entre as duas formas de estimação da pobreza, especialmente naqueles em que os diferenciais são mais elevados.

Em 2010, verifica-se um aumento desses diferenciais em todas as esferas territoriais consideradas. No conjunto da região metropolitana, a variação percentual atingiu 72,6%, três vezes maior que no período anterior.

Novamente Ananindeua, Marituba e Castanhal foram os municípios com os maiores percentuais de variação, todos superiores a 70%. Enquanto Santa Bárbara do Pará e Belém foram os que contaram com os menores diferenciais entre as duas perspectivas de estimação da pobreza.

Estes resultados mostram que os aspectos multidimensionais tiveram impacto muito mais expressivo sobre as condições de privação das populações residentes na Região Metropolitana de Belém quando comparado à renda exclusivamente durante a década de 2000. Isto indica que outros elementos que interferem na qualidade de vida das populações devem ser considerados para computar

os reais níveis das condições de privação que essas populações estão sujeitas, como as aqui consideradas e que estão relacionadas à educação, saúde de padrão de vida.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi realizada uma comparação entre a pobreza unidimensional (baseada na renda) e a multidimensional a fim de verificar os níveis que essas abordagens podem atingir. Para o estudo da multidimensionalidade foi adotada a abordagem das capacidades de Amartya Sen.

No primeiro decênio do século XXI, na RMB ocorreu uma expressiva redução na proporção de pobres sob o enfoque da renda. Esta tendência foi observada tanto para o conjunto da RMB, quanto para todos os municípios metropolitanos. Em 2000, em quase todos os municípios os níveis de pobreza superavam 50% de sua população residente. As exceções eram apenas Belém e Ananindeua. Em 2010, ocorreu uma diminuição generalizada nos níveis de incidência da pobreza monetária nos municípios metropolitanos, de forma que apenas um município continuou a apresentar nível tão elevado.

A queda dos indicadores de pobreza monetária na RMB acompanhou a tendência nacional ocorrida na década dos 2000 como resultado de melhores condições econômicas e implementação de políticas públicas direcionadas ao mercado de trabalho, à política de valorização do salário-mínimo e à expansão das transferências de renda. Neste período, a renda da população brasileira foi ampliada, especialmente daqueles grupos mais pobres. Isto contribuiu sobremaneira para a redução da pobreza monetária.

No entanto, quando se considera a pobreza sob o enfoque da multidimensionalidade a situação não foi bem essa. Os resultados da pobreza multidimensional indicam que houve pequena ampliação na proporção de pobres no conjunto da Região Metropolitana de Belém. O nível que se apresentava muito elevado em 2000, tornou-se maior em 2010, abarcando mais de 50% da população residente.

Esta tendência de aumento somente ocorreu nos municípios de Benevides e Santa Bárbara do Pará, enquanto Ananindeua se manteve praticamente estável. Todos os demais municípios tiveram níveis mais baixos.

Comparativamente ao conjunto do país, os níveis da pobreza multidimensional (IPM) apresentados pela Região Metropolitana de Belém eram muito elevados em comparação com as médias nacionais no período 2000/2010. As políticas públicas que contribuíram para a retirada da condição de pobreza de parcela importante da população nacional tiveram resultados menos expressivos na RMB. Apesar da redução no período analisado, muito tem que ser feito para que atinja patamares mais próximos aos do país como um todo.

Considerando o índice de pobreza multidimensional, a dimensão que mais contribuiu para os resultados da pobreza foi a educação, reforçado, principalmente, pelo indicador anos de escolaridade. Apesar da redução da participação deste indicador entre 2000 e 2010, a persistência de altos patamares mostra sua relevância na contribuição relativa da composição da pobreza multidimensional da RMB e aponta para a necessidade de superar as dificuldades crônicas no campo da educação. Faz-se necessário fortalecer, portanto, a implementação de políticas sociais voltadas para a área da educação, enfatizando melhorias no desempenho escolar e na qualidade do ensino, como também na ampliação da cobertura.

Além dos anos de escolaridade, o indicador água potável também apresentou participação importante na composição do IPM metropolitano. Ações governamentais que ampliem o atendimento da população no fornecimento dos serviços de saneamento básico podem auxiliar na melhoria da qualidade de vida da população residente na RMB. Estudos que mostrem resultados nesta direção podem contribuir para a elaboração e execução de políticas sociais mais eficazes, inovadoras e focalizadas que conduzam ao aumento do bem-estar da população em situação de privação.

O terceiro indicador com maior destaque na composição do pobreza multidimensional da RBM foi a propriedade de alguns bens de consumo, como telefone, freezer/geladeira e televisão. Nos anos em análise, este indicador contou com significativo aumento em sua contribuição para o IPM. Os efeitos da conjuntura econômica nacional favorável durante a década 2000/2010 parece não ter tido os mesmos resultados para a região metropolitana quanto a este indicador, já que sua participação relativa no IPM metropolitano aumentou. Esta é uma indicação de que ocorreu dificuldade na aquisição desses bens pela população em situação de privação.

Ao adotar a multidimensionalidade na análise da pobreza consegue-se perceber a heterogeneidade existente nas áreas estudadas, conforme advoga Amartya Sen. Comparando os indicadores das duas abordagens, os resultados apontam para níveis mais elevados da pobreza captada pela perspectiva multidimensional do que na ótica monetária. Esta situação ocorre para todos os níveis de agregação: regional e municipal. E possibilita captar em quais dimensões ou setores da vida das pessoas que devem ser implementadas políticas que contribuam para a redução da pobreza.

## REFERÊNCIAS

Alkire, S.; Foster, J. (2007). Counting and multidimensional poverty measurement. OPHI, Working paper n° 7, University of Oxford (Revised May 2008). Extraído de [https://www.ophi.org.uk/wp-content/uploads/ophi-wp7\\_vs2.pdf](https://www.ophi.org.uk/wp-content/uploads/ophi-wp7_vs2.pdf).

Alkire, S.; Foster, J. (2009). Counting and multidimensional poverty. In: Von Braun J. (Ed.). The Poorest and hungry: assessment, analysis and actions. Washington D.C.: International Food Policy Research Institute.

Alkire, S.; Santos, M. E. (2010). Acute multidimensional poverty: a new index for developing countries. Oxford Poverty and Human Development Initiative (OPHI), Working Paper N° 38, Oxford Department of International Development, University of Oxford. Extraído de [https://www.ophi.org.uk/wp-content/uploads/OPHI-wp38\\_with\\_note.pdf](https://www.ophi.org.uk/wp-content/uploads/OPHI-wp38_with_note.pdf).

Anand, S.; Sen, A. (1997). Concepts of human development and poverty: a multidimensional perspective. In: *Poverty and Human Development: Human development papers*. New York: UNDP.

Arbache, J. S. (2003). *Pobreza e mercados no Brasil: uma análise de iniciativas de políticas públicas*. Brasília: CEPAL/DFID.

Barros, R. P. de; Carvalho, M. de; Franco, S. (2006). *Pobreza multidimensional no Brasil*. Texto para Discussão, IPEA, Rio de Janeiro, n. 1227, out.

Barros, R. P. de; Henriques, R.; Mendonça, R. (1997). *A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil*. Texto para Discussão, IPEA, Rio de Janeiro, n. 800, jun.

Codes, A. L. M. de. (2008). *A trajetória do pensamento científico sobre pobreza: em direção a uma visão complexa*. Texto para Discussão, IPEA, Rio de Janeiro, n. 1332, abr.

Fahel, M.; Teles, L. R.; Caminhas, D. A. (2016). Para além da renda: uma análise da pobreza multidimensional no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, (31)92, 1–21. Extraído de <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/tTNN4GBSrzgSZj5B8Dz6kWL/?format=pdf&lang=pt>.

Guimarães, J. R. S. (2003). *Pobreza e desigualdade no Brasil: do discurso hegemônico e medição espúria às raízes da questão*. In: *Pobreza e Desigualdades Sociais. Estudos e Pesquisas*, SEI: Salvador, (63), 85–116.

Grusky, D.; Kanbur, R. (2002). *Conceptual ferment in poverty and inequality measurement: The view from economics and sociology*. In: *Conceptual Challenges in Poverty and Inequality*. Cornell: Cornell University.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE (2000). *Censo demográfico de 2000*, Rio de Janeiro.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE (2010). *Censo demográfico de 2010*, Rio de Janeiro.

Lacerda, F. C. C. (2009). *A pobreza na Bahia sob o prisma multidimensional: uma análise baseada na abordagem das necessidades básicas e na abordagem das capacitações* (Dissertação de Mestrado em Economia) — Programa de Pós-graduação em Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. Extraído de <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/13502/1/Fernanda.pdf>.

Laderchi, C. R.; Saith, R.; Stewart, F. Does (2003). *It matter that we do not agree on the definition of poverty? a comparison of four approaches*. QEH Working Paper Series, Oxford, n. 107.

Machado, K. M. (2007). *Pobreza como insuficiência de renda: vantagens e limitações de sua utilização*. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n 155, 30–35, abr./jun.

Oliveira, N.S.M.N. de, Lima, J.F. de. (2019). *Pobreza multidimensional das mulheres chefes de família da região nordeste*. In: ANPUR. *Anais XVIII ENANPUR*. Natal.

- Quintela, M. D. de, Alves, J. E. D., & Silva, D. B. de N. (2014). Índice multidimensional de pobreza dos estados nordestinos. In: Anais do XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais. São Pedro (SP): Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), 1–21.
- Rocha, S. (1997). Do consumo observado a linha de pobreza. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, (27)2, 313–352, ago.
- Rocha, S. (2006). Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata? Rio de Janeiro: FGV Editora.
- Rocha, S. (2013). Pobreza no Brasil - a evolução de longo prazo (1970-2011). *Estudos e Pesquisas*, n 492, p. 1–31, 2013.
- Rodrigues, D.L. (2014). Pobreza e dinâmica intraurbana na região metropolitana de Belém: uma análise multidimensional para os anos 2000 e 2010. (Dissertação de Mestrado em Economia), Universidade Federal do Pará, Belém.
- Sagi, M. (2014). Pobreza multidimensional: subsídios para discussão à luz do MPI OPHI. Brasília.
- Salama, P.; Destremau, B. (1999). O tamanho da pobreza: economia política da distribuição de renda. Rio de Janeiro: Editora Garamond.
- Sen, A. (1983a). Poverty and Famines: an essay on entitlement and deprivation. Oxford: Oxford University Press.
- Sen, A. (1983b). Poor, relatively speaking. *Oxford Economic Papers*, *JSTOR*, (35)2, 153–169.
- Sen, A. (1993b). O desenvolvimento como expansão de capacidades. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 28-29, 313–334, abr.
- Sen, A. (2010). Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo: Companhia das Letras.
- Sen, A. (2001). Desigualdade Reexaminada. Rio de Janeiro: Record.